

INTRODUÇÃO

Desde a criação do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), em 1977, que foi manifestada uma forte aspiração de proceder a um levantamento do número e caracterização das pessoas com deficiência em todo o território nacional.

O estudo da população alvo sempre foi considerado como condição indispensável para sustentar a definição das medidas mais adequadas à realidade nacional.

Com efeito, só através de informação fiável, propiciadora do planeamento e da execução articulada dos programas, viabilizando melhores níveis de cooperação entre os departamentos e destes com as organizações não governamentais, numa óptica de optimização de recursos e incentivo à inovação, é possível conceber cenários de desenvolvimento com aderência à realidade.

Porém, só recentemente foi possível reunir as condições técnicas e financeiras necessárias à realização de um estudo de tão vasto alcance.

Com tal finalidade, foi desenvolvido o Projecto QUANTi pelo SNR, em cooperação com o INE e o Departamento de Estatística do ex-Ministério do Emprego e da Segurança Social, que decorreu entre Setembro de 1993 e Junho de 1995 e contou com apoio financeiro da Iniciativa Horizon da Comunidade Europeia.

Tratou-se de um estudo com duas vertentes:

a) Levantamento, por amostragem estatística, do número e caracterização das deficiências, incapacidades e desvantagens;

b) Levantamento dos recursos de reabilitação existentes.

Adoptados os conceitos, constituída uma Comissão Científica com reputados especialistas por deficiência, elaborado o questionário, definida uma amostra estatisticamente significativa ao nível do distrito e dos concelhos com mais de cem mil habitantes, formados os inquiridores, lançada uma campanha de informação e sensibilização da população, foram recolhidos dados junto de **47.020 famílias**, residentes em 73.375 alojamentos do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, num universo que abrangeu **142.112 indivíduos**.

O Inquérito parte da percepção que os próprios inquiridos têm das alterações provocadas pela deficiência nas suas capacidades de realização, no seu comportamento e, de forma mais ampla, na sua participação social.

De facto, optou-se por privilegiar o estudo das incapacidades como ponto de partida, seguindo-se-lhe o estudo das deficiências e das desvantagens, preterindo, assim, em obediência a critérios de maior clareza expositiva a sequência causal *deficiência - incapacidade - desvantagem*. De facto, verifica-se uma maior impermeabilidade à subjectividade interpretativa dos sujeitos inquiridos questionar primeiro os indivíduos sobre as incapacidades sentidas, pelo seu carácter imediato e objectivo, e, só depois, então, indagar a natureza das deficiências que lhes deram origem, bem como a natureza das eventuais e subsequentes desvantagens.

O tratamento dos dados permitiu apurar o número total de pessoas com alguma incapacidade, conhecer a deficiência que está na sua origem, apurar as causas das deficiências, o sexo, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade, a situação socioprofissional, a distribuição geográfica e a reabilitação frequentada.

Apresentam-se, em seguida, os resultados globais mais significativos, que traçam um quadro geral das incapacidades na população portuguesa, de acordo com o primeiro plano de

apuramentos adoptado. Trata-se de uma síntese destinada a proporcionar uma primeira leitura dos resultados.

Os aspectos relativos à fundamentação conceptual, metodológica e técnica acompanharão a totalidade dos dados apurados, constantes de uma publicação mais pormenorizada a editar oportunamente.

Todos os apuramentos já efectuados se encontram registados numa base de dados que permite, ainda, estudos mais aprofundados, de acordo com o cruzamento das variáveis seleccionadas.

O estudo cujos resultados globais agora se apresentam marca um ponto de viragem no conjunto dos instrumentos de trabalho para a definição das políticas de reabilitação e, num plano mais vasto, no modo como são encarados os problemas da deficiência em Portugal

TAXA NACIONAL E TENDÊNCIA CENTRAL

Relativamente à deficiência, foi apurada a existência de 905.488 pessoas com deficiência, o que representa uma taxa nacional de 9,16%, valor próximo do que foi apurado através de estudos realizados em outros países da União Europeia.

Como dado importante a reter e a merecer a melhor atenção é a constatação da tendência crescente do peso relativo de pessoas com, pelo menos, uma incapacidade ao longo da vida. A faixa etária entre os 45 e os 54 anos de idade constitui o período crítico, dado o crescimento acentuado da taxa de incapacidade.

Distribuição das pessoas com alguma Incapacidade / Deficiência por Distritos e Regiões Autónomas

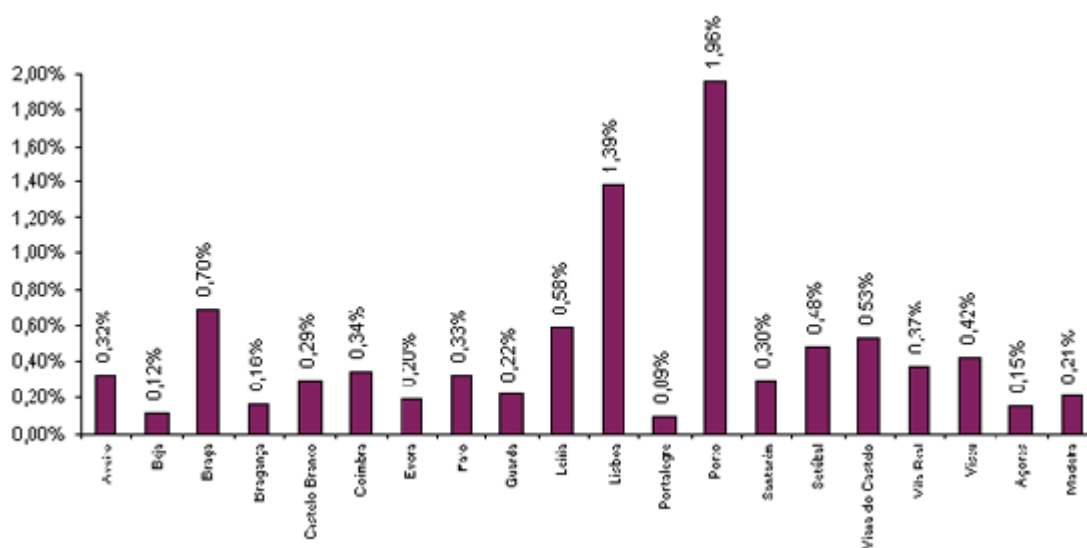
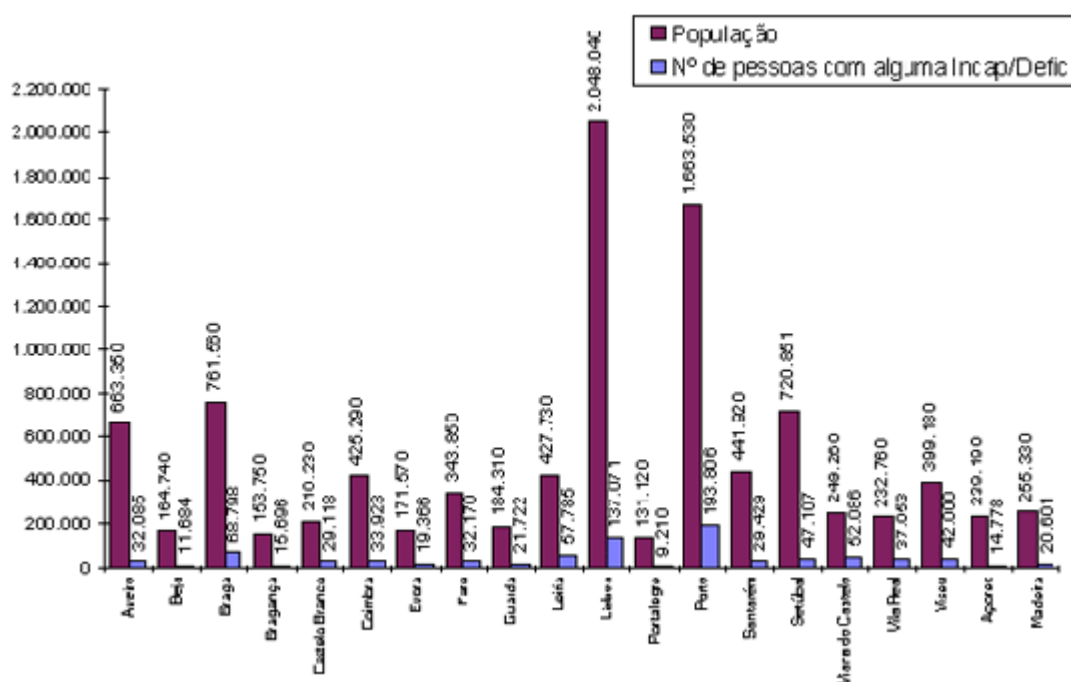
Os dados apurados permitem calcular a distribuição geográfica das pessoas com alguma incapacidade / deficiência.

| Distritos e Regiões Autónomas | População | | % | |
|-------------------------------|-----------|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| | Total | Com alguma incapacidade | Por Distrito ou Região Autónoma | Em relação ao total nacional |
| Aveiro | 663.350 | 32.085 | 4,84 % | 0,32% |
| Beja | 164.740 | 11.684 | 7,09% | 0,12% |
| Braga | 761.560 | 68.798 | 9,03% | 0,70% |
| Bragança | 153.750 | 15.696 | 10,21% | 0,16% |
| Castelo Branco | 210.230 | 29.118 | 13,85% | 0,29% |
| Coimbra | 425.290 | 33.923 | 7,98% | 0,34% |
| Évora | 171.570 | 19.366 | 11,29% | 0,20% |
| Faro | 343.850 | 32.170 | 9,36% | 0,33% |
| Guarda | 184.310 | 21.722 | 11,79% | 0,22% |
| Leiria | 427.730 | 57.785 | 13,51% | 0,58% |
| Lisboa | 2.048.040 | 137.071 | 6,69% | 1,39% |
| Portalegre | 131.120 | 9.210 | 7,02% | 0,09% |
| Porto | 1.663.530 | 193.806 | 11,65% | 1,96% |
| Santarém | 441.920 | 29.429 | 6,66% | 0,30% |
| Setúbal | 720.851 | 47.107 | 6,53% | 0,48% |
| Viana do Castelo | 249.260 | 52.086 | 20,90% | 0,53% |

| | | | | |
|--------------|------------------|----------------|--------|-------------|
| Vila Real | 232.760 | 37.053 | 15,92% | 0,37% |
| Viseu | 399.180 | 42.000 | 10,52% | 0,42% |
| Açores | 239.190 | 14.778 | 6,18% | 0,15% |
| Madeira | 255.330 | 20.601 | 8,07% | 0,21% |
| TOTAL | 9.887.561 | 905.488 | | 100% |

Conforme se verifica a variação da distribuição percentual de pessoas com alguma incapacidade/deficiência por distritos do Continente e Regiões Autónomas apresenta-se muito elevada, situando-se entre os 4,84% no Distrito de Aveiro e os 20,90% no Distrito de Viana do Castelo.

Apresenta-se, de seguida em gráficos, a distribuição das pessoas com alguma incapacidade por Distritos e Regiões Autónomas, em valores absolutos e em taxa relativa à população total do País, o que permite uma mais fácil comparabilidade.

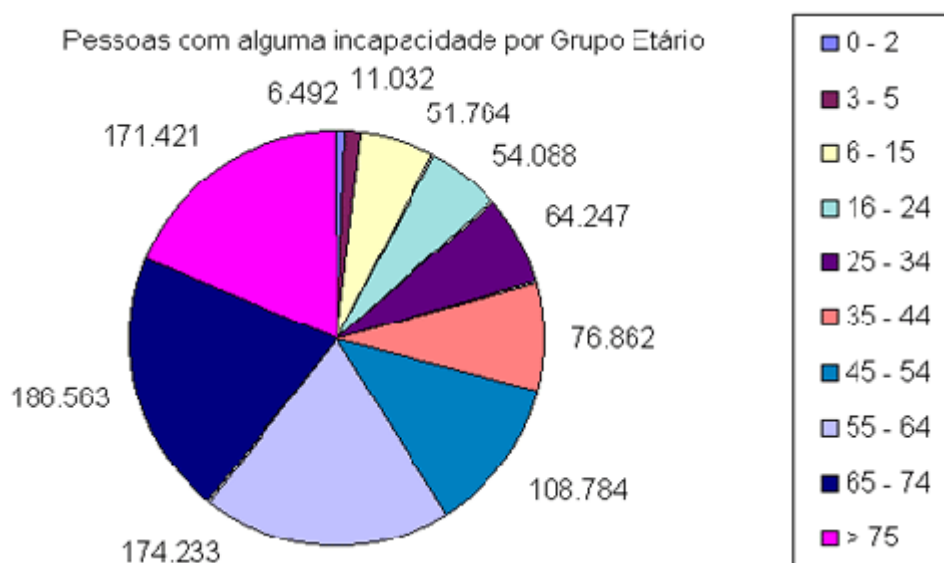


INCAPACIDADES NA POPULAÇÃO PORTUGUESA

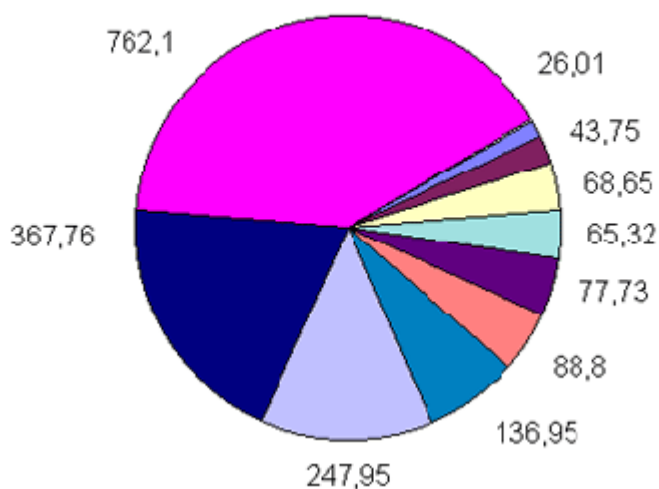
Segundo a OMS, a incapacidade consiste na restrição ou falta de capacidade para realizar uma actividade dentro dos limites considerados normais para um ser humano. As incapacidades podem ser temporárias ou permanentes, reversíveis ou irreversíveis, progressivas ou regressivas e são sempre resultantes de uma deficiência.

Tendo em vista as finalidades do estudo, optou-se por distribuir as pessoas com pelo menos uma incapacidade, seccionando a população em dez intervalos de idade. Os intervalos começam com o grupo etário dos zero aos 2 anos de idade e terminam no grupo dos 75 ou mais anos, coincidindo cada um dos grupos com idades relevantes de um ponto de vista clínico, educativo ou profissional.

Pessoas com alguma Incapacidade, por mil pessoas de cada Grupo Etário



Pessoas com alguma incapacidade por cada mil de cada grupo etário



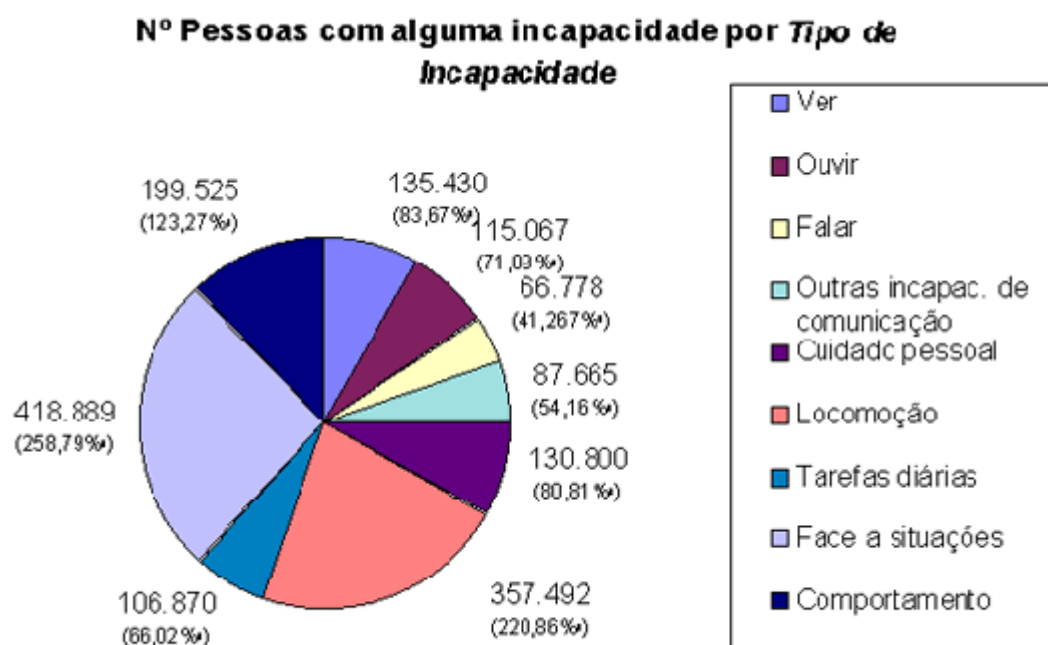
Com toda a prudência requerida, é possível extrair as seguintes conclusões:

- Verifica-se uma tendência crescente e constante do peso relativo de pessoas com pelo menos uma incapacidade ao longo dos diferentes grupos etários;
- A faixa etária entre os 45 e os 54 anos parece constituir um período crítico, dado o aumento acentuado da taxa de incapacidade, relativamente estável até então;
- Como era expectável, constata-se um aumento notório da taxa de incapacidade no início e no período relativo às idades de reforma;

Regista-se uma taxa persistente e importante de incapacidade nos grupos etários correspondentes à escolaridade obrigatória, formação profissional e o emprego, o que merece cuidada atenção, devido às necessidades especiais que daí decorrem.

Pessoas com alguma Incapacidade por mil pessoas, por Tipo de Incapacidade

Por tipo de incapacidade, de acordo com a classificação da OMS, foram apuradas as seguintes taxas:



Conforme se verifica pelo quadro, a distribuição das incapacidades não é homogénea, destacando-se a taxa relativa à incapacidade face a situações, como a mais elevada e a incapacidade para falar, que se apresenta com a taxa mais baixa.

Para uma leitura correcta dos valores constantes deste quadro, é necessário ter em conta os seguintes esclarecimentos: os valores são relativos ao número de incapacidades de um determinado tipo em relação ao número total de incapacidades encontradas em todo o território nacional (1.618.515).

O número de incapacidades encontradas (1.618.515) ultrapassa o número de pessoas com incapacidade. Na realidade, uma pessoa pode sofrer de mais do que uma incapacidade. Esta é a razão pela qual este número supera o número de pessoas na população portuguesa com pelo menos uma incapacidade (905.488).

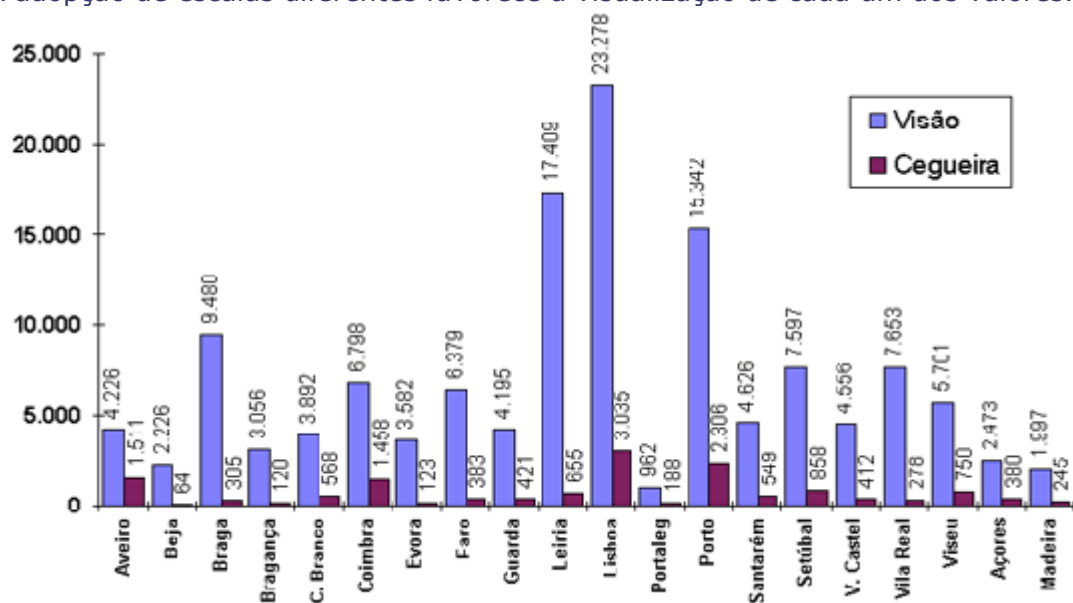
Pessoas com diferentes Incapacidades, por Distritos e Regiões Autónomas

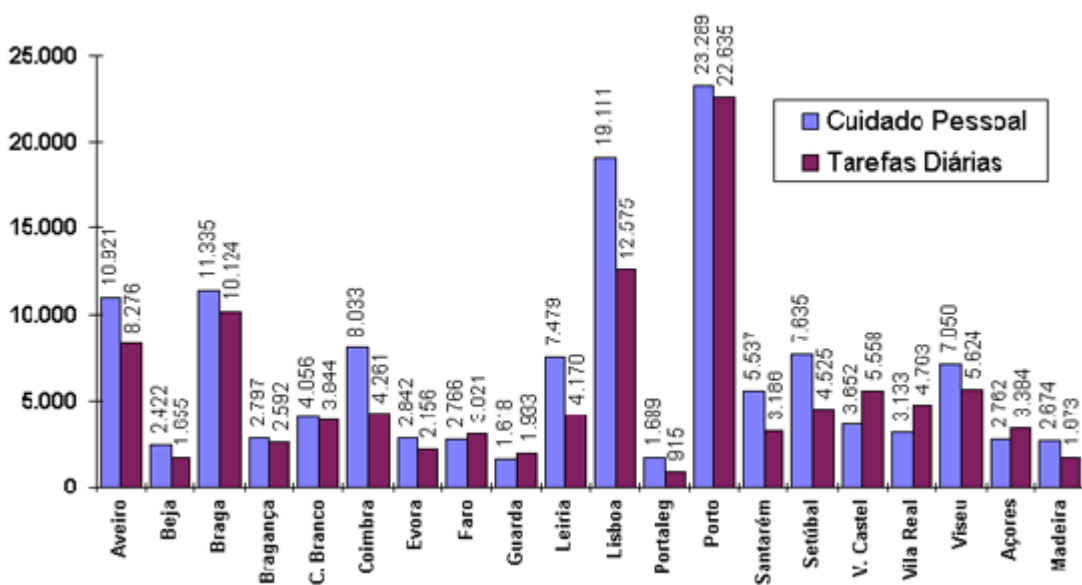
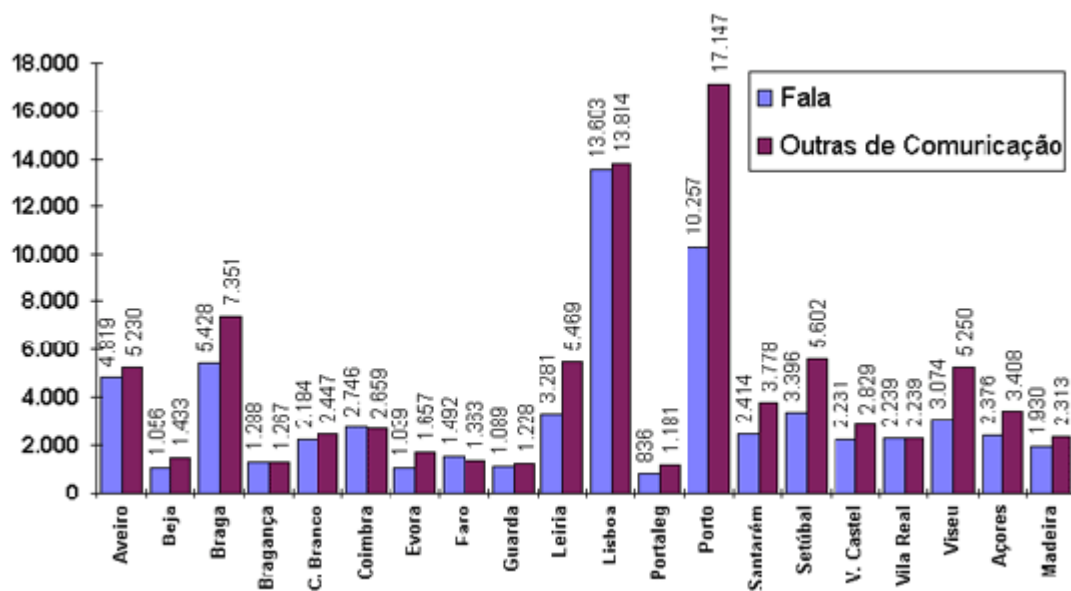
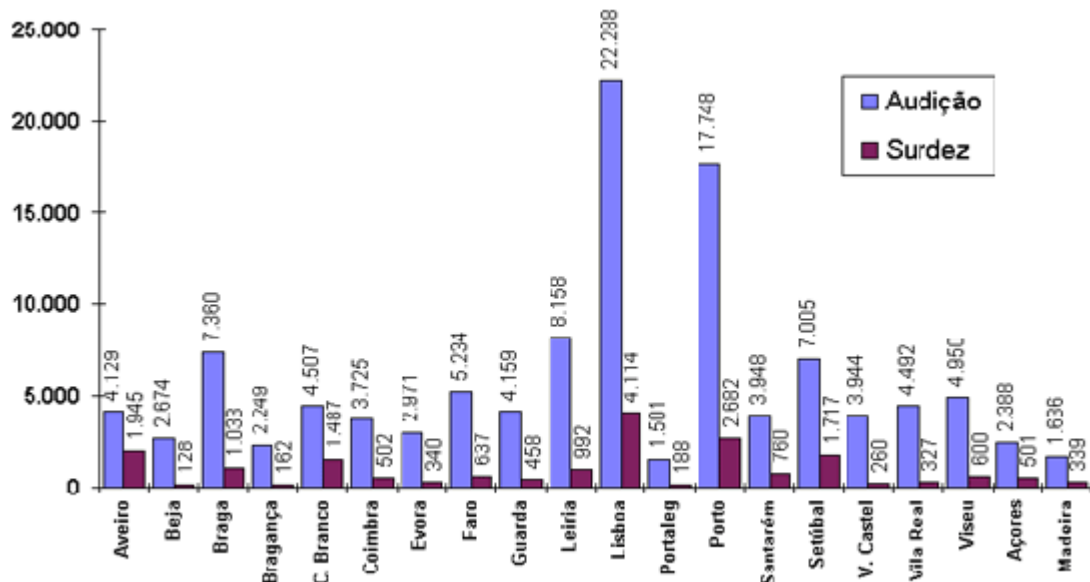
Com o objectivo de fornecer uma visão global da distribuição geográfica de cada tipo de incapacidades, apresenta-se em seguida um mapa com o número de pessoas para cada um dos Distritos e Regiões Autónomas.

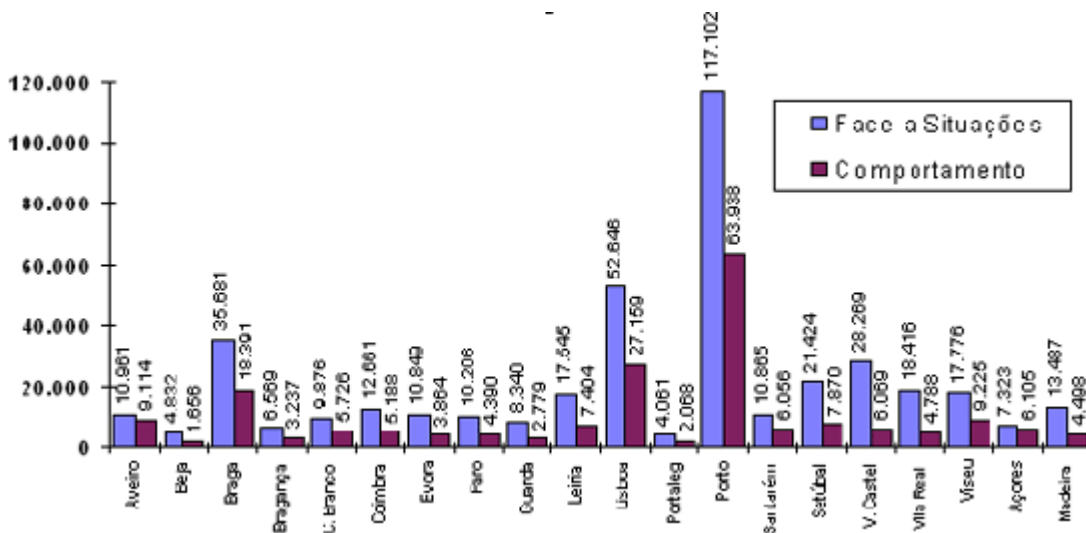
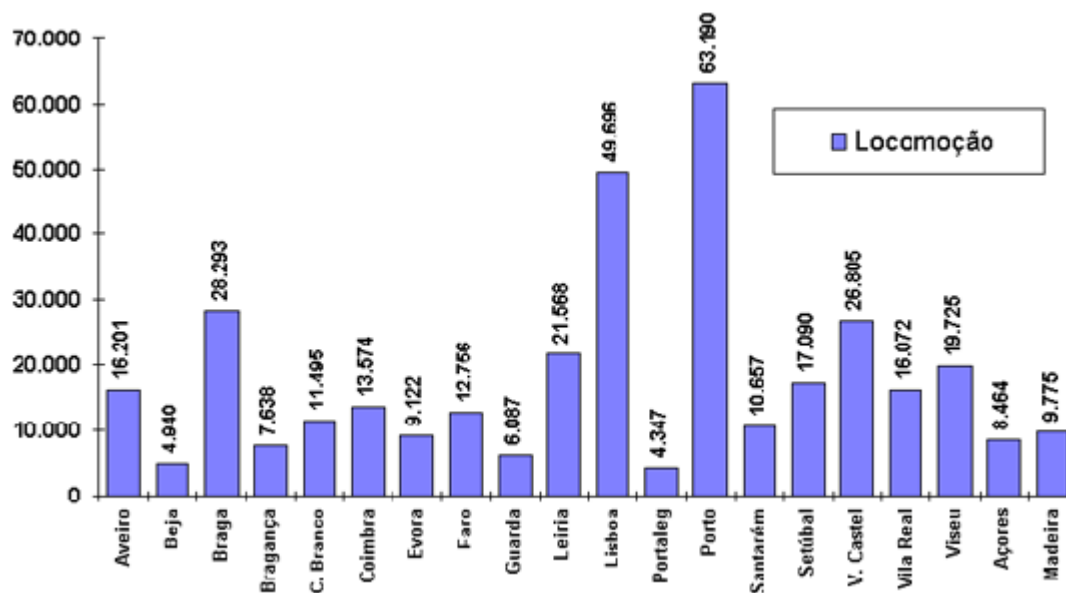
| | Visão | Ce-guei-ra | Audição | Surdez | Fala | Outras de Comun. | Cuidado Pessoal | Loco-moção | Tarefas diárias | Face a Situa-ções | Compor-tamento |
|--------|-------|------------|---------|--------|------|------------------|-----------------|------------|-----------------|-------------------|----------------|
| Aveiro | 4226 | 1511 | 4129 | 1945 | 4819 | 5230 | 10921 | 16201 | 8276 | 10961 | 9114 |

| | | | | | | | | | | | |
|--------------|-------|------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|
| Beja | 2226 | 64 | 2674 | 128 | 1056 | 1433 | 2422 | 4940 | 1655 | 4832 | 1656 |
| Braga | 9480 | 305 | 7360 | 1033 | 5428 | 7351 | 11335 | 28293 | 10124 | 35681 | 18391 |
| Bragança | 3056 | 120 | 2249 | 162 | 1288 | 1267 | 2797 | 7638 | 2592 | 6569 | 3237 |
| C. Branco | 3892 | 568 | 4507 | 1487 | 2184 | 2447 | 4056 | 11495 | 3844 | 9876 | 5726 |
| Coimbra | 6798 | 1458 | 3725 | 502 | 2746 | 2659 | 8033 | 13574 | 4261 | 12661 | 5188 |
| Évora | 3582 | 123 | 2971 | 340 | 1039 | 1657 | 2842 | 9122 | 2156 | 10849 | 3864 |
| Faro | 6379 | 383 | 5234 | 637 | 1492 | 1363 | 2766 | 12756 | 3021 | 10206 | 4390 |
| Guarda | 4195 | 421 | 4159 | 458 | 1089 | 1228 | 1618 | 6087 | 1933 | 8340 | 2779 |
| Leiria | 17409 | 655 | 8158 | 992 | 3281 | 5469 | 7479 | 21568 | 4170 | 17545 | 7404 |
| Lisboa | 23278 | 3035 | 22288 | 4114 | 13603 | 13814 | 19111 | 49696 | 12575 | 52646 | 27159 |
| Portaleg | 962 | 188 | 1501 | 188 | 836 | 1181 | 1689 | 4347 | 915 | 4061 | 2068 |
| Porto | 15342 | 2306 | 17748 | 2682 | 10257 | 17147 | 23289 | 63190 | 22635 | 117102 | 63938 |
| Santarém | 4626 | 549 | 3948 | 760 | 2414 | 3778 | 5537 | 10657 | 3186 | 10865 | 6056 |
| Setúbal | 7597 | 858 | 7005 | 1717 | 3396 | 5602 | 7635 | 17090 | 4525 | 21424 | 7870 |
| V. Castel | 4556 | 412 | 3944 | 260 | 2231 | 2829 | 3652 | 26805 | 5558 | 28269 | 6069 |
| Vila Real | 7653 | 278 | 4492 | 327 | 2239 | 2239 | 3133 | 16072 | 4763 | 18416 | 4788 |
| Viseu | 5701 | 750 | 4950 | 600 | 3074 | 5250 | 7050 | 19725 | 5624 | 17776 | 9225 |
| Açores | 2473 | 380 | 2388 | 501 | 2376 | 3408 | 2762 | 8464 | 3384 | 7323 | 6105 |
| Madeira | 1997 | 245 | 1636 | 339 | 1930 | 2313 | 2674 | 9775 | 1673 | 13487 | 4498 |
| TOTAL | | | | | | | | | | | |

Para melhor leitura, apresentam-se em seguida em gráficos, os dados da tabela. A adoção de escalas diferentes favorece a visualização de cada um dos valores.







Incapacidade para ver

A incapacidade para ver, entendida aqui como a ausência ou redução grave de visão, atinge sobretudo os grupos etários mais elevados. Até ao escalão etário dos 35-45 anos, os valores são constantes e inferiores a metade da média nacional. A partir dos 55 anos, acentua-se o crescimento, atingindo 78,54 por mil nas pessoas com 75 ou mais anos.

A maioria dos sujeitos (57,51%) com esta incapacidade são casados.

Mais preocupante é a situação escolar: 44,57% destas pessoas declaram que não possuem qualquer instrução e apenas 2,51% declarou possuir estudos de nível secundário, 1,05% de nível politécnico e 0,87% de nível universitário.

Relativamente à actividade profissional, os indivíduos com incapacidade para ver, distribuem-se, sobretudo, pelo sector primário (36,90%) e terciário (40,98%), estimando-se, por extrapolação, a partir da amostra, que se encontrem empregados 27.783 do total de indivíduos com esta incapacidade.

Incapacidade para ouvir

A incapacidade para ouvir consiste na ausência ou redução grave da capacidade auditiva.

Uma análise da taxa por grupos etários revela que há uma progressividade constante que vai dos 0,26 por mil no escalão dos 0 aos 2, atingindo 10,87 no escalão dos 45 aos 54 anos, duplicando praticamente, em relação a este valor, no escalão seguinte e quase triplicando no grupo dos que têm mais de 75 anos, comparativamente com o escalão precedente.

A taxa das pessoas casadas situa-se nos 56,13%.

No que se refere ao nível de instrução, destaca-se o facto de 39,42% das pessoas com esta incapacidade declararem não possuir nenhum nível de instrução, enquanto que apenas 2,34%

referiram o nível secundário, 1,72% a instrução politécnica e 1,54% o ensino universitário. Estes valores embora mais favoráveis do que na incapacidade para ver, não parecem ser significativamente diferentes.

Relativamente à actividade principal, existe uma distribuição crescente a partir do sector primário (29,30%) até ao sector terciário (37,44%), estimando-se que estejam empregadas 29.679 pessoas com este tipo de incapacidade.

Incapacidade para falar

A ausência de capacidade de articular palavras ou produzir mensagens verbais audíveis e de transmitir o seu significado através da fala é, no conjunto das incapacidades estudadas, a que revela menor prevalência, com uma taxa de 41 pessoas por mil. Na distribuição por grupos etários verifica-se uma quase homogeneidade até ao grupo dos 45-54 anos, grupo em que a permutação duplica, verificando-se a partir daí aumentos muito acentuados que culminam com um valor de 59,77 por mil no grupo das pessoas de mais de 75 anos.

Relativamente ao estado civil, regista-se neste tipo de incapacidade uma diferença significativa, relativamente às incapacidades anteriormente analisadas, sendo casados apenas 29,77% dos sujeitos, o que permite supor a existência de efeitos diferenciais devidos a esta incapacidade.

Relativamente à instrução, esta incapacidade representa uma das situações mais gravosas. Com efeito, mais de metade das pessoas com esta incapacidade (56,69%) refere não possuir qualquer nível de instrução. Simultaneamente, apenas 0,93% refere o ensino secundário, enquanto 0,15% refere o ensino politécnico e 0,53% o ensino superior universitário.

Finalmente, no que respeita à actividade principal, existe uma distribuição crescente pelos sectores primário (24,69%), secundário (36,69%) e terciário (38,60%), estimando-se que estejam empregadas 8.626 pessoas com este tipo de incapacidade.

Outras incapacidades de comunicação

São incluídas nesta categoria as pessoas com ausência ou redução da capacidade para escrever ou para ler, para comunicar através de símbolos ou gestos, para codificar a linguagem em palavras escritas e para executar mensagens escritas ou símbolos gráficos. Esta designação refere-se ainda à ausência ou redução da capacidade de comunicação simbólica ou de expressão e comunicação não-verbal, o que significa uma ausência ou redução da capacidade para compreender sinais ou símbolos gráficos associados a códigos convencionais, como por exemplo, sinais de trânsito, pictogramas, mapas, diagramas simples e outras representações esquemáticas de objectos. As pessoas incluídas nesta categoria apresentam ainda ausência ou redução da capacidade de receber ou transmitir informação mediante gestos, expressões ou procedimentos similares.

Dos resultados apurados podemos concluir que existem em Portugal 87.665 pessoas com esta incapacidade, o que representa uma taxa de 54 por mil, no quadro da totalidade das incapacidades identificadas. Se considerarmos, como referência a totalidade da população portuguesa, este valor é de 8,87 por mil.

De maneira esperada, podemos verificar uma distribuição desta incapacidade pelos diferentes grupos etários semelhante à incapacidade para falar.

Conjuntamente com a incapacidade para falar, as outras incapacidades de comunicação apresentam o valor mais alto de sujeitos solteiros (63,51%).

Este tipo de incapacidade é o que regista valores mais gravosos relativamente à instrução. De facto, 61,60% das pessoas com esta incapacidade declaram não possuir qualquer instrução, enquanto apenas 0,25% refere a instrução secundária, 0,52% a instrução politécnica e 0,92% o ensino superior universitário.

Relativamente à actividade principal, a maioria das pessoas situa-se no sector primário (53,74%) enquanto se identificam 30,57% no secundário e apenas 15,68% no sector terciário, constituindo este o valor mais baixo neste sector, no conjunto de todas as incapacidades estudadas. O número total de empregados com este tipo de incapacidade, obtido por extrapolação, é de 7.104.

Incapacidade no cuidado pessoal

A expressão mais significativa desta ausência ou redução grave para cuidar de si próprio, no respeitante às actividades fisiológicas básicas (excreção, alimentação, higiene pessoal e vestir), situa-se na faixa etária acima dos 75 anos.

As taxas são progressivas e vão de 2,77 por mil no escalão dos 0 aos 2 anos, duplicando praticamente no escalão seguinte, mantendo-se mais ou menos constante até ao grupo dos 45-54 anos. A partir deste escalão (5,45 por mil), duplica no seguinte, para passar a 103,43 por mil no grupo dos que têm, mais de 75 anos de idade.

Em relação à situação de casamento verifica-se que abrange 47,13%.

Quanto à instrução, 19,18% declaram possuir a instrução primária, apenas 0,95% o 9º ano de escolaridade, 1,04% o ensino secundário, 0,58% o politécnico e 0,50% o ensino universitário.

No que diz respeito à ocupação principal, verifica-se uma distribuição homogénea pelos 3 sectores, com ligeira predominância para o sector terciário (35,11%), sendo de 4.324 o número total de empregados estimado a partir da amostra.

Incapacidade de locomoção

A redução ou a incapacidade grave de realização de actividades relacionadas com a deslocação, quer do próprio quer dos objectos, constitui um dos tipos de incapacidade mais relevante. As 357.492 pessoas com esta incapacidade representam uma taxa de 220 pessoas em cada mil.

Existe, como é previsível, uma relação directa significativa com a idade, sendo o grupo com idade superior a 75 anos o responsável pelos valores que esta incapacidade assume na população. Com efeito, a taxa evolui progressivamente do escalão dos 0 aos 2 anos (3,05 por mil), atingindo 13,71 no grupo dos 35-44 anos, 65,19 no escalão dos 55-64, 102,58 no escalão dos 65-74 e 196,55 no último escalão etário.

Relativamente ao estado civil 58,57% dos sujeitos são casados.

No que se refere aos níveis de instrução, destaca-se que 44,31% refere não possuir qualquer grau de instrução, 1,77% refere o ensino secundário, 0,87% o ensino politécnico e 1,07% o ensino de nível superior universitário.

Quanto à ocupação principal, as pessoas com este tipo de incapacidade distribuem-se, maioritariamente, pelo sector primário (40,04%), sendo a estimativa, a partir da amostra de 54.821 empregados.

Incapacidade para realizar tarefas da vida diária

A incapacidade para realizar actividades da vida diária refere-se à redução severa ou à ausência de capacidade para realizar actividades quotidianas e tarefas referentes à actividade manual.

Foram identificadas nesta categoria 106.870 pessoas o que representa um peso relativo de 66 pessoas por mil. Embora com menor expressão relativa, esta incapacidade mostra uma distribuição pelos diferentes grupos etários idêntica à incapacidade na locomoção, com uma expressão particularmente relevante entre as pessoas com 75 ou mais anos.

Quanto ao estado civil, refere-se que 50,48% destas pessoas são casados.

Relativamente aos níveis de instrução, mantém-se genericamente o cenário já referido a propósito das outras incapacidades. De facto, 48,80% refere não possuir qualquer grau de instrução, 1,32% refere o ensino secundário, 0,56% o ensino politécnico e 1,26% o ensino de nível superior.

Finalmente, no que diz respeito à actividade principal, as pessoas com esta incapacidade referem sobretudo o sector primário (36,78%) e, minoritariamente, o sector terciário (27,92%), estimando-se que estejam empregadas 13.341 pessoas com esta incapacidade.

Incapacidade face a situações

A incapacidade face a situações refere-se a incapacidades que decorrem da dependência e da resistência física, a incapacidades face ao ambiente e a outras incapacidades face a situações físicas.

Foram incluídas nesta categoria as pessoas com dependência de qualquer máquina externa de suporte de vida, como "pace-maker", aspiradores, ventiladores respiratórios e rins artificiais (diálise) ou qualquer forma de aparelho electromecânico para a manutenção ou aumento dos potenciais de actividade.

A grande abrangência dos factores que determinam a inclusão das pessoas com incapacidade nesta categoria é, porventura, uma das causas do elevado número encontrado (418.889 pessoas, com um peso relativo de 258,79 por mil) que traduzem uma permissão de 42,37 no

quadro da população portuguesa, constituindo o valor mais elevado de entre todos os tipos de incapacidade encontrados. Estes resultados tornam aconselhável uma análise posterior, capaz de ilustrar, separadamente, a incapacidade face a situações relativamente à dependência de equipamento, dependência de dieta, falta de resistência física e intolerância ambiental. Tomadas no seu conjunto estas diferentes vertentes da incapacidade face a situações revelam uma distribuição progressiva ao longo dos diferentes segmentos etários considerados, com a particularidade de no escalão dos 3 aos 5 anos, se verificar uma taxa superior à do escalão imediatamente superior (dos 6 aos 15 anos).

Embora a faixa etária acima dos 75 anos apresente uma taxa superior a qualquer dos outros grupos etários considerados, não se verifica uma discrepância acentuada como em outras incapacidades analisadas.

No que diz respeito ao estado civil, verifica-se que 60,87% são casados.

No respeitante aos níveis de instrução, as pessoas com esta incapacidade vivem a situação menos gravosa do conjunto de todas as incapacidades estudadas. Com efeito, 32,00% refere não possuir qualquer grau de instrução, 3,53% referem o ensino secundário, 1,43% o ensino politécnico e 1,83% o ensino superior universitário, constituindo a distribuição mais favorável de todas as incapacidades.

Por fim, no que diz respeito à actividade principal, a maioria destas pessoas refere o sector terciário (50,15%), enquanto que, apenas, 22,66% refere o sector primário. O número total de empregados, por estimativa, é de 97.564.

Incapacidade no comportamento

A incapacidade no comportamento refere-se à incapacidade no plano educacional, à incapacidade referente à segurança pessoal e ao comportamento face a certas situações e às incapacidades de relacionamento no plano familiar e na actividade profissional.

O peso relativo desta incapacidade cifra-se em 123 por mil, o que corresponde a 199.525 pessoas com esta incapacidade, traduzindo um valor de 20,18 por mil da totalidade da população portuguesa.

A percentagem de pessoas casadas é de 38,49%.

No que diz respeito ao nível de instrução, sublinha-se o facto de 42,80% das pessoas referir não possuir qualquer grau de instrução. Simultaneamente, apenas 1,78% refere a instrução de nível secundário, enquanto 0,44% refere o ensino politécnico e 1,11% o ensino universitário.

Por fim, as pessoas com esta incapacidade, referem o sector terciário (36,76%) na sua maioria, a propósito da actividade principal, com valores idênticos para o sector primário (31,41%) e secundário (31,82%). O número total de empregados estimados é de 32.170.

DEFICIÊNCIAS NA POPULAÇÃO PORTUGUESA

Deficiência, segundo a OMS, representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica, de carácter temporário ou permanente.

Foram adoptados cinco grandes agrupamentos: deficiências psíquicas, sensoriais, físicas, mistas e nenhuma deficiência em especial.

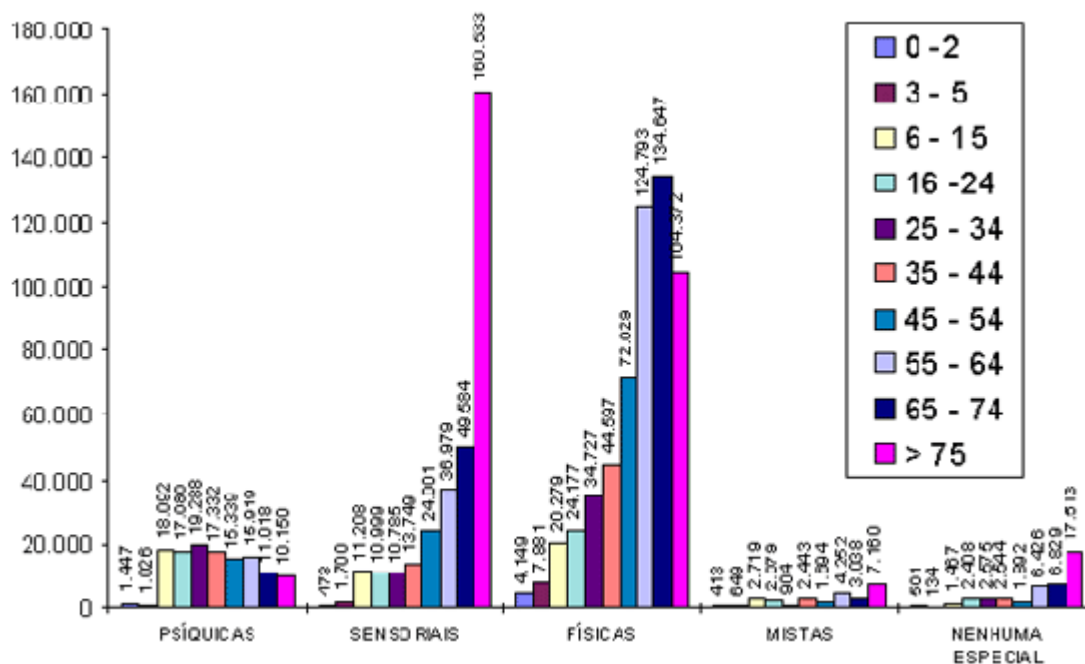
A extrapolação, nos limites de confiança estatisticamente permitidos, dos resultados encontrados, revela um valor global de 9,16% da população, próximo do de outros países europeus.

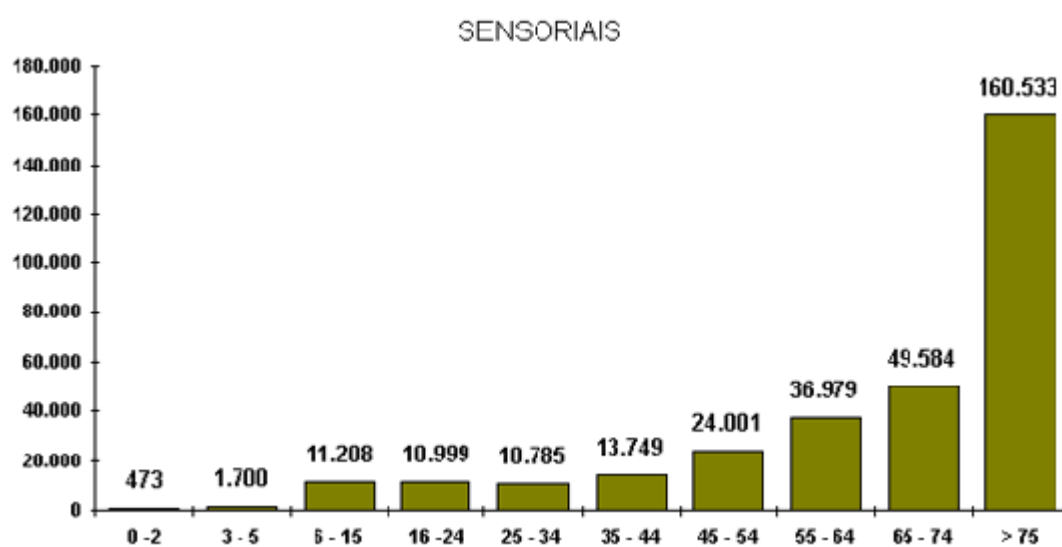
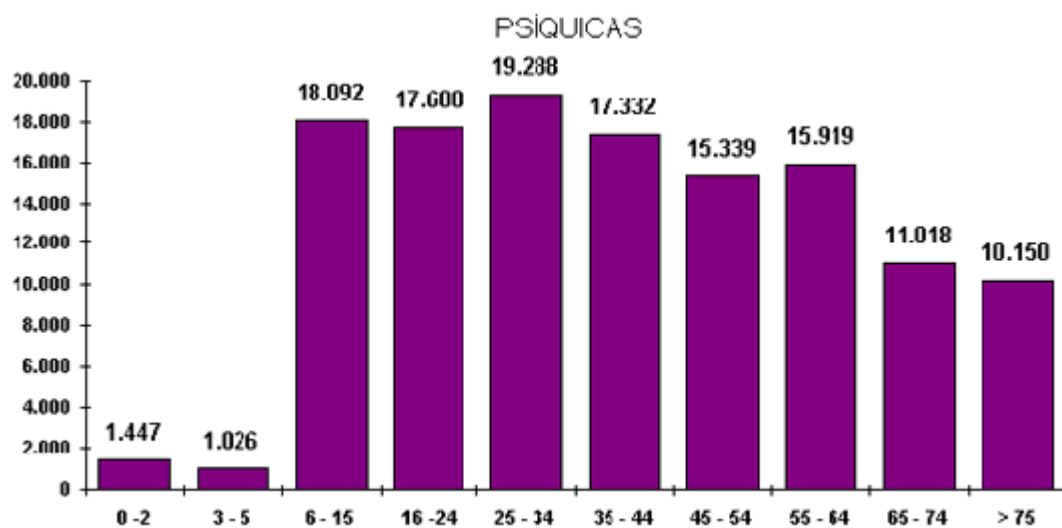
A distribuição é igual entre sexos, com excepção para as deficiências físicas onde é predominante o sexo feminino (61,55 comparativamente com 53,50 no caso dos homens).

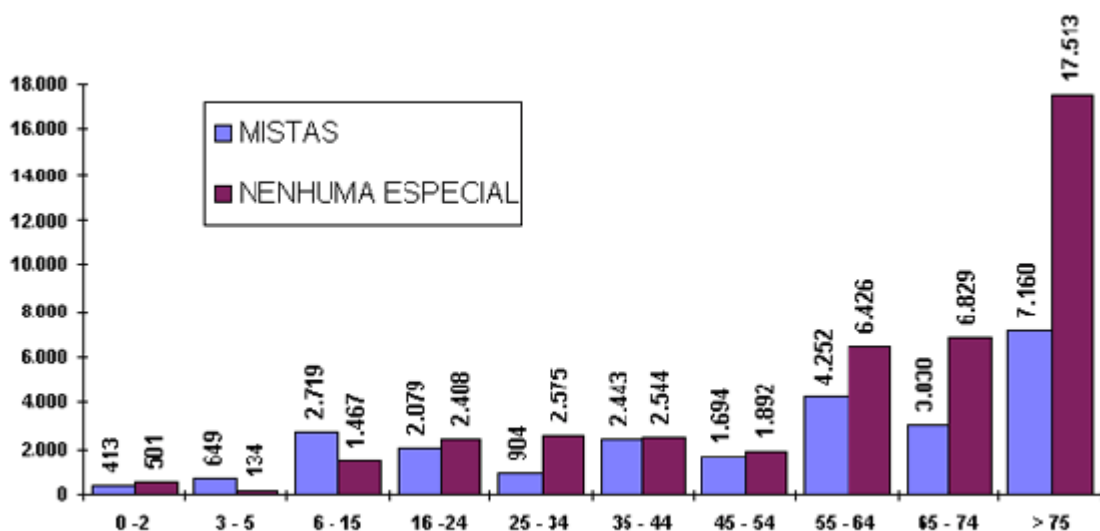
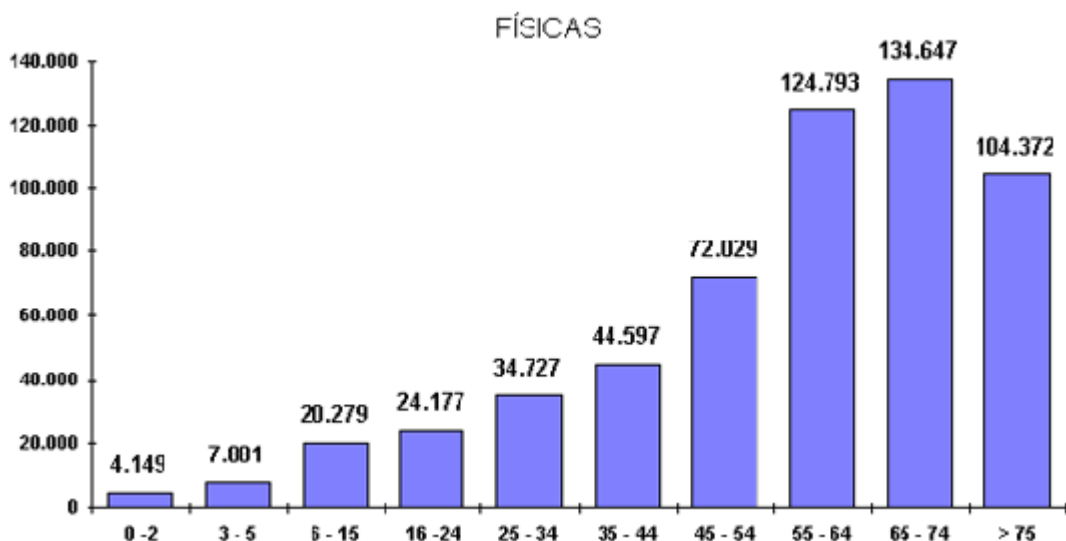
Distribuição das Deficiências, por Tipo e Grupo Etário, a que os inquiridos atribuíram as suas Incapacidades

| GRUPO ETÁRIO | DEFICIÊNCIAS | | | | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| | PSÍQUICAS | SENSORIAIS | FÍSICAS | MISTAS | NENHUMA ESPECIAL |
| 0 - 2 | 1 447 | 473 | 4 149 | 413 | 501 |
| 3 - 5 | 1 026 | 1 700 | 7 881 | 649 | 134 |
| 6 - 15 | 18 092 | 11 208 | 20 279 | 2 719 | 1 467 |
| 16 -24 | 17 680 | 10 999 | 24 177 | 2 079 | 2 408 |
| 25 - 34 | 19 288 | 10 785 | 34 727 | 904 | 2 575 |
| 35 - 44 | 17 332 | 13 749 | 44 597 | 2 443 | 2 544 |
| 45 - 54 | 15 339 | 24 001 | 72 029 | 1 694 | 1 892 |
| 55 - 64 | 15 919 | 36 979 | 124 793 | 4 252 | 6 426 |
| 65 - 74 | 11 018 | 49 584 | 134 647 | 3 038 | 6 829 |
| > 75 | 10 150 | 160 533 | 104 372 | 7 160 | 17 513 |
| TOTAL | 127 289 | 219 311 | 571 652 | 25 352 | 42 289 |

Os dados desta tabela são apresentados, em seguida, através de gráficos que permitem uma melhor leitura.







Pode verificar-se que o grupo das deficiências físicas apresenta valores mais expressivos que as restantes deficiências, em todos os grupos etários superiores. Por outro lado, a proporção destas deficiências no grupo dos 3 aos 5 anos assume um valor 5 vezes superior ao das restantes deficiências.

Convém chamar a atenção para o facto de que os valores relativos à deficiência que foram apurados se referem à percepção dos inquiridos sobre a causa das suas incapacidades e não a uma avaliação directa. Por isso, não pode pretender-se que estes valores traduzam a quantificação das pessoas com deficiência existentes em Portugal.

Deficiências psíquicas

No grupo das deficiências psíquicas foram incluídas as deficiências intelectuais, a doença mental, bem como as deficiências das funções gnósticas e práticas.

Tomando por referência a globalidade da população portuguesa, cerca de 12 pessoas em cada mil apresentam deficiências psíquicas.

A situação mais gravosa surge no grupo de pessoas com 75 anos ou mais (19 pessoas por mil), logo seguido pelo grupo dos 25 aos 34 anos, com cerca de 14 em cada mil pessoas.

No grupo correspondente à escolaridade obrigatória (dos 6 aos 15 anos), encontra-se um valor de 13,42 por mil, contrastando com os valores encontrados nos grupos etários inferiores, o que pode permitir concluir pela influência da escolarização na detecção destas deficiências.

Regista-se, por ser de algum modo surpreendente, o valor encontrado para o grupo dos 65 aos 74 anos (12,26 por mil), por ser inferior à média nacional para este tipo de deficiência.

Relativamente ao estado civil, 29,86% das pessoas são casadas.

A variável educativa considerada apresenta aqui o valor mais negativo, com 44,04% das pessoas a referir ausência de instrução, 1,32% habilitações de nível secundário, 0,18% ensino politécnico e 1,27% ensino universitário.

No que diz respeito à actividade principal, verifica-se uma distribuição relativamente homogénea pelos diferentes sectores de actividade, com ligeira predominância do sector terciário (35,18%), num total de 23 476 empregados.

Deficiências sensoriais

Nas deficiências sensoriais incluem-se as deficiências da visão, da audição e da fala.

Nas deficiências sensoriais é mais evidente a existência de uma associação directa com a idade, com especial relevo a partir do grupo etário dos 45 aos 54 anos de idade.

Das pessoas com deficiência sensorial 57,52% são casadas.

Relativamente à instrução, é de referir que 39,89% dos indivíduos não possui qualquer instrução. No ensino secundário são reportados 4,51% dos sujeitos, enquanto no ensino politécnico se referem 2,26% e no universitário 2,42%.

As pessoas com deficiências sensoriais referem sobretudo o sector terciário (40,29%) a propósito da sua actividade principal, num total de 56 729 empregados.

Deficiências físicas

As deficiências físicas incluem deficiências ao nível dos órgãos internos (deficiência mecânica e motora dos órgãos internos, designadamente, deficiência da função cardiovascular e respiratória, deficiência da função gastrointestinal, deficiência da função urinária, deficiência da função reprodutora, ou outra deficiência dos órgãos internos). São, ainda, incluídas no grupo das deficiências físicas as deficiências musculo-esqueléticas e estéticas da região da cabeça e do tronco, bem como as deficiências dos membros superiores e inferiores (défice funcional, ausência e malformação ou deformação).

De um modo geral, as deficiências físicas constituem o cenário mais negativo, assumindo os valores mais altos encontrados no conjunto desta análise, por referência aos grupos de idade considerados.

Mais uma vez se verifica uma directa e forte associação com a idade.

Relativamente ao estado civil, sublinha-se o facto de 61,37% dos sujeitos serem casados.

No plano da instrução, esta categoria de deficiências apresenta o cenário mais favorável. Na realidade, 32,79% das pessoas refere não possuir qualquer instrução, enquanto 8,33% refere o ensino secundário, 2,91% o ensino politécnico e 3,78% o ensino universitário.

Por fim, a maioria dos sujeitos com deficiências físicas, refere o sector terciário (43,29%) a propósito da sua actividade principal, estando empregados 137 492.

Deficiências mistas

As deficiências mistas referem-se às deficiências cuja manifestação incide nos planos psíquico, sensorial e físico, incluindo a paralisia cerebral e a microcefalia.

É nesta categoria de deficiências que se encontra o valor de referência nacional mais baixo (2,56 por mil).

Sublinha-se que o efeito de associação directa com a idade não se verifica relativamente às deficiências mistas, embora o grupo de pessoas com 75 ou mais anos continue a ser, de forma destacada, o grupo mais penalizado.

Relativamente ao estado civil, das pessoas com deficiências mistas 47,27% são casadas.

É nesta categoria de deficiências que se encontra o cenário mais desfavorável relativamente à instrução. Com efeito, 47,37% dos sujeitos com deficiências mistas referem não possuir qualquer instrução, enquanto apenas 0,02% refere o ensino secundário, 0,12% o ensino politécnico e 0,19% o ensino universitário.

A maioria dos sujeitos com esta categoria de deficiência (55,18%), refere o sector terciário a propósito da sua actividade principal, sendo o número de empregados de 3.159.

Nenhuma deficiência em especial

Na categoria "nenhuma em especial" são incluídas as situações das incapacidades em que não foi possível identificar a deficiência de origem

Esta categoria de deficiências apresenta uma distribuição por grupos etários em tudo idêntico à das deficiências mistas.

No que concerne ao estado civil, 47,29% dos sujeitos são casados.

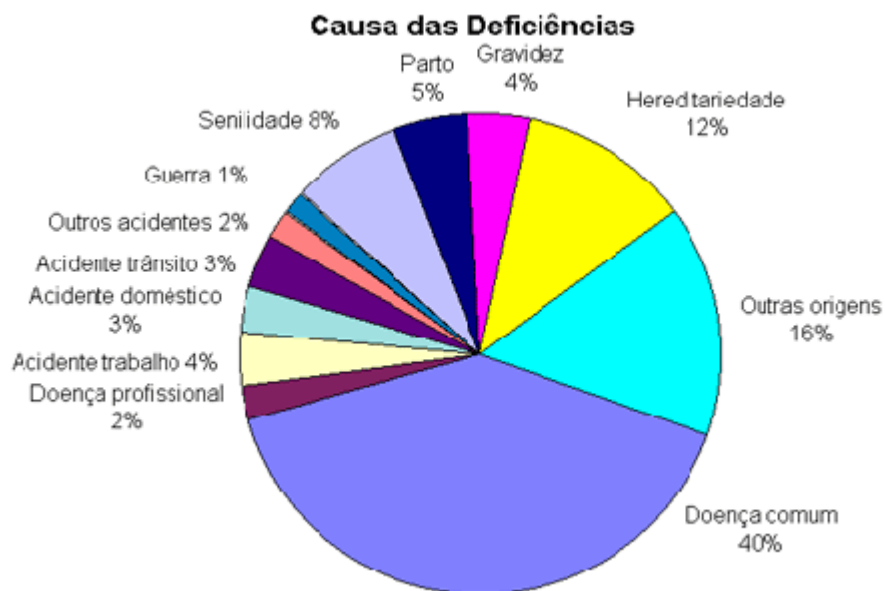
No plano da instrução, as pessoas com este tipo de deficiência apresentam um dos valores mais elevados (45,25%) de ausência de instrução. No entanto, este resultado parece contraditório com o número de sujeitos que refere o ensino secundário (5,76%), o politécnico (2,93%) e o universitário (2,87%).

Por fim, no que diz respeito à actividade principal, mantém-se a predominância de respostas no sector terciário (42,21%), sendo de 6 629 o número de empregados.

CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS

Foram incluídas onze causas prováveis para a origem da deficiência, de modo a permitir, através de uma análise tão fina quanto possível, integrar o conhecimento sobre as origens da deficiência na concepção e realização de medidas preventivas.

Assim, foram consideradas as origens: doença comum, doença profissional, acidente de trabalho, acidente doméstico, acidente de trânsito, outros acidentes, guerra, senilidade, parto, gravidez, hereditariedade e outras origens.



DESvantagens NA POPULAÇÃO PORTUGUESA

No domínio da saúde, a desvantagem (handicap) é, de acordo com a classificação internacional da Organização Mundial de Saúde (OMS), a condição social de prejuízo sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma actividade considerada normal para um ser humano, tendo em atenção a idade, o sexo e os factores sócio-culturais.

Assim, a desvantagem representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade, e como tal reflecte as consequências culturais, sociais, económicas e ambientais que, para o indivíduo, derivam da existência da deficiência e da incapacidade.

Para efeitos deste inquérito foram adoptadas as categorias de desvantagem da classificação internacional da OMS.

Para uma correcta leitura dos dados, expõem-se em seguida os conceitos subjacentes a cada uma das desvantagens:

Orientação é a capacidade do sujeito para receber os sinais provenientes do meio, assimilá-los e dar-lhes resposta adequada. Existe desvantagem quando esta capacidade se encontra diminuída ou ausente

Independência física é a capacidade da pessoa para ter uma existência independente..

Mobilidade é capacidade da pessoa para se deslocar no meio.

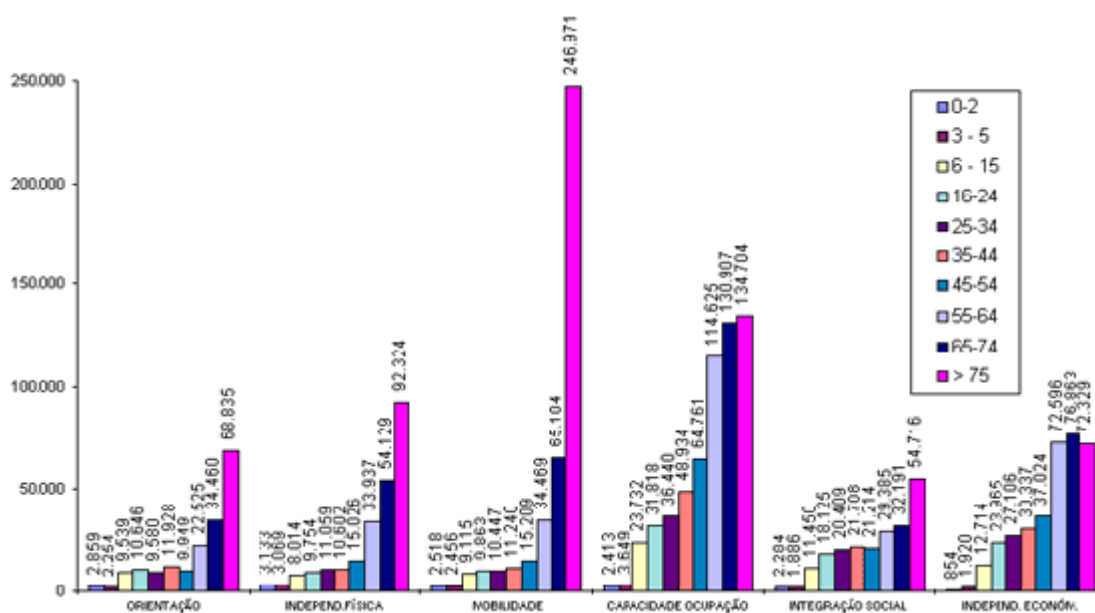
Capacidade de ocupação é a capacidade da pessoa para usar o seu tempo de uma forma considerada normal, de acordo com o seu sexo, idade e cultura..

Integração social é a capacidade da pessoa para estabelecer e manter relações sociais.

Independência económica é a capacidade da pessoa para manter uma independência económica normal, considerando o sexo, idade e cultura.

Distribuição das Desvantagens por Grupos Etários

| Grupo Etário | Desvantagens | | | | | |
|--------------|----------------|------------------|----------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Orientação | Independ. Física | Mobilidade | Capacidade ocupação | Integração social | Independ. Económ. |
| 0-2 | 2 859 | 3 133 | 2 518 | 2 413 | 2 284 | 854 |
| 3-5 | 2 254 | 3 069 | 2 456 | 3 649 | 1 886 | 1 920 |
| 6-15 | 9 539 | 8 014 | 9 115 | 23 732 | 11 450 | 12 714 |
| 16-24 | 10 646 | 9 754 | 9 863 | 31 818 | 18 125 | 23 965 |
| 25-34 | 9 580 | 11 059 | 10 447 | 36 440 | 20 409 | 27 106 |
| 35-44 | 11 928 | 10 602 | 11 240 | 48 934 | 21 708 | 30 337 |
| 45-54 | 9 949 | 15 026 | 15 209 | 64 761 | 21 214 | 37 024 |
| 55-64 | 22 525 | 33 937 | 34 469 | 114 625 | 29 385 | 72 596 |
| 65-74 | 34 460 | 54 129 | 65 184 | 130 907 | 32 191 | 76 863 |
| > 75 | 68 835 | 92 324 | 246 971 | 134 704 | 54 716 | 72 329 |
| TOTAL | 182 575 | 241 047 | 263 021 | 591 983 | 212 368 | 355 707 |



A análise dos resultados sobre desvantagens permite verificar uma tendência crescente associada à idade, sendo que a desvantagem mais frequente é a desvantagem na capacidade de ocupação.

Deve chamar-se a atenção para a natureza dos resultados apresentados a propósito dos grupos etários até aos 6 anos de idade. Nestes casos, trata-se de *desvantagens antecipadas*, dado que a identificação deste parâmetro nas idades mais precoces, tem sobretudo um carácter projectivo relativamente à existência ou potencial existência de incapacidade ou deficiência, de acordo com a estrutura do inquérito utilizado.

A análise das desvantagens associadas a deficiências e incapacidades revelou a existência de efeitos diferenciais, tendo sido identificadas as desvantagens na capacidade de ocupação, na independência económica e na mobilidade como as desvantagens mais frequentemente sentidas pelas pessoas com deficiência.

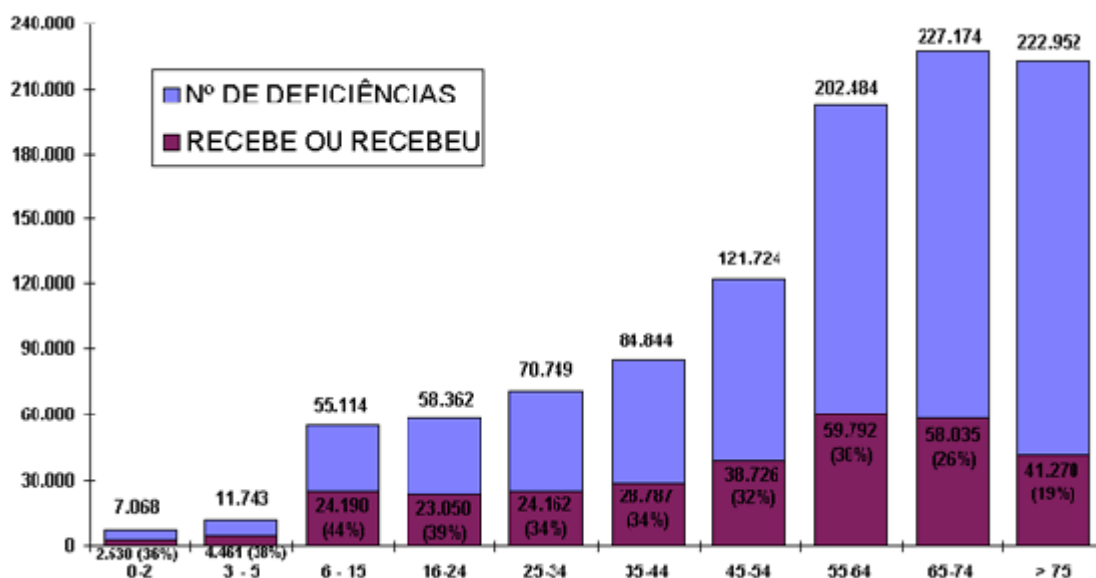
Recorda-se que foi identificado um quadro particularmente gravoso no domínio da instrução de pessoas com deficiência, variável que constitui uma importante referência no acesso ao emprego.

REABILITAÇÃO

Reabilitação é qualquer tipo de intervenção destinada a recuperar, em maior ou menor grau, a deficiência que afecta uma pessoa. Assim, consideram-se como reabilitação as técnicas ortopédicas, incluindo as intervenções cirúrgicas, os pesos correctores, os exercícios de marcha e os movimentos das extremidades, a cinesioterapia, a reeducação da linguagem, o reconhecimento do espaço ou a mobilidade para cegos, bem como os programas no âmbito da educação especial, da formação profissional e da integração laboral e social.

Os dados apurados são reportados ao número de deficiências existentes (1.062.204) e foram distribuídos por grupos etários e por frequência de modalidades de reabilitação.

Deficiências que beneficiaram ou beneficiam de qualquer modalidade de Reabilitação, por Grupo Etário



O Inquérito revela indicadores preocupantes, expressos, sobretudo, nas baixas taxas de frequência de medidas de reabilitação.

Relativamente aos serviços de reabilitação frequentada, foram considerados as seguintes modalidades: reabilitação médico-funcional, educação especial, reabilitação profissional, integração laboral, integração social.

Faz-se, em, seguida uma abordagem resumida da frequência destas modalidades de reabilitação, por cada um dos 5 grupos de deficiência.

Os valores percentuais encontrados têm por referência o universo das pessoas que, em cada categoria de deficiência, beneficiam ou beneficiaram de reabilitação.

Deficiências psíquicas

Embora exista uma predominância da reabilitação médico-funcional, a educação especial assume um papel relevante no quadro de reabilitação das deficiências psíquicas, particularmente nos grupos de idade entre os 3 e os 44 anos.

A importância relativa desta decresce continuamente até aos 24 anos, sendo superada pela reabilitação médico funcional a partir do grupo de idade dos 25 aos 34. Curiosamente, a importância relativa da educação especial no grupo dos 35 aos 44 anos é maior (23,78%) do que no grupo dos 25 aos 34 (18,89%).

Relativamente à formação e reabilitação profissional, é no grupo dos 16 aos 24 anos que assume uma maior expressão (20,45%), decrescendo a partir dessa idade, atingindo uma expressão imperceptível (1,41%) no grupo dos 55 aos 64 anos, inferior, aliás, ao grupo de idade seguinte, onde este tipo de reabilitação volta a assumir uma expressão relativa com alguma importância (6,99%).

Quanto à integração laboral nunca atinge uma importância expressiva neste tipo de deficiências. O valor mais alto surge nos grupos dos 16 aos 24 anos com 6,64% e dos 55 aos 64 anos, com 6,99%.

Finalmente, a integração social parece ter um peso relativo de certa maneira constante em todos os grupos etários entre os 6 e os 74 anos, rondando os 10%.

Uma última nota para destacar que, no grupo com 75 ou mais anos, nenhum tipo de reabilitação se destaca para além da reabilitação médico-funcional que representa 88,53%.

Deficiências sensoriais

Nas deficiências sensoriais, a educação especial parece assumir uma importância relativa ao longo de todos os grupos etários.

O valor mais alto de educação especial é observado no grupo correspondente ao período da escolaridade obrigatória com um valor relativo de 34,56%, sendo ainda significativo no escalão dos 3 aos 5 anos (30,17%), dos 16 aos 24 (28,11%) e dos 25 aos 34 anos (32,61%).

Relativamente à formação e reabilitação profissional, o valor mais significativo é encontrado nos grupos dos 16 aos 24 anos (14,36%).

Do mesmo modo, a integração laboral só atinge uma expressão, de algum modo, relevante, entre os 16 e os 24 anos (10,92%).

Finalmente, a integração social só tem algum significado nos grupos de idade entre os 16 e os 24 anos (12,47%), os 55 e os 64 (7,12%) e os 65 e 74 (5,61%), embora mantenha valores relativos muito baixos, mesmo nestes grupos etários.

Deficiências físicas

É relativamente às pessoas com deficiências físicas que a reabilitação médico-funcional se torna mais evidente, em todos os grupos etários, relativamente às deficiências consideradas neste estudo.

Com efeito, o valor mais baixo que este tipo de reabilitação assume é de 73,34% no grupo dos 16 aos 24 anos que, em todas as categorias de deficiência, sempre tem sido o grupo que mobiliza de maneira mais equilibrada todos os tipos de reabilitação considerados.

A educação especial, no caso das deficiências físicas, só assume alguma expressão no grupo dos 3 aos 5 anos de idade, sublinhando-se que no grupo correspondente à escolaridade obrigatória, a educação especial representa apenas 4,55% de todos os tipos de reabilitação considerados, sendo, se exceptuarmos a formação e reabilitação profissional, o tipo de reabilitação menos mobilizado neste grupo etário. Curiosamente, a educação especial é, tanto no grupo dos 16 aos 24 anos (9,29%) como no grupo dos 25 aos 34 anos (6,49%) o segundo tipo de reabilitação mais mobilizado, logo a seguir à reabilitação médico-funcional.

A formação e reabilitação profissional atinge maior expressão nos grupos dos 16 aos 24 anos (4,01%) e dos 25 aos 34 (4,16%), sendo sempre menor nos restantes grupos etários onde ronda os 2%.

Finalmente, a integração social não ultrapassa o valor relativo de 4,27% correspondente ao grupo dos 16 aos 24 anos, voltando a assumir uma expressão idêntica no grupo de pessoas com 75 ou mais anos.

Deficiências mistas

A educação especial é o tipo de reabilitação mais solicitado, no caso das deficiências mistas, entre os 3 e os 34 anos de idade, altura em que, deixa, abruptamente, de ter qualquer expressão no conjunto dos tipos de reabilitação considerados.

Neste grupos de idade, é, portanto, invertida a tendência geral em que a reabilitação médico-funcional assume uma persistente predominância.

No grupo dos 3 aos 5 anos, a educação especial representa 66,39% da reabilitação, decrescendo no grupo dos 6 aos 15 anos (47,43%) e dos 16 aos 24 (37,52%), voltando a subir no grupo dos 25 aos 34 anos com 49,16%) que, de resto, constitui o segundo maior valor relativo da educação especial.

A formação e reabilitação profissional assume particular destaque entre os 25 e os 54 anos, e sobretudo no grupo dos 35 e os 44 anos.

Por seu lado, a integração laboral parece ser relevante apenas nos grupos de idade dos 16 aos 24 anos (15,50%) e dos 45 aos 54 anos (9,56%), encontrando-se quase ausente nos restantes grupos etários.

Finalmente, a integração social não apresenta um padrão típico de distribuição ao longo dos diferentes grupos de idade.

À semelhança do que tem acontecido com os outros tipos de deficiência, no grupo de pessoas com 75 ou mais anos, a reabilitação médico-funcional é, quase que exclusivamente, o único tipo de reabilitação mobilizado.

Nenhuma deficiência em especial

Nesta categoria de deficiências, destaca-se a singular importância que a integração social assume, para além da reabilitação médico-funcional, quando comparada com outras categorias de deficiência.

Nos casos dos grupos de idade entre os zero e os 5 anos, e os 65 e 74 anos, a reabilitação médico funcional é o único tipo de reabilitação mobilizado, sendo neste tipo de deficiências que se verifica uma mobilização mais assimétrica dos diferentes tipos de reabilitação considerados.

Quanto à educação especial, apenas no grupo dos 6 aos 15 anos se faz notar com 20,72%, estando totalmente ausente em todos os restantes grupos de idade.

A formação e reabilitação profissional, tal como a integração laboral, por sua vez, só existe nos grupos dos 25 aos 34 anos (11,42% e 5,71% respectivamente) e nos grupos dos 55 aos 64 anos (7,47% em ambos os casos).